

CORREIO DA MANHÃ

Samuel

Difusão de poder

○ Governo não tem qualquer unidade de ação, perdido inteiramente nas divergências que marcam as posições de diferentes ministros. Existe uma difusão de idéias e de poder, enquanto o Presidente da República assiste de camarote ao canibalismo interno dentro do Ministério a respeito do grau mais conveniente da intervenção do Estado na economia ou sobre as diferentes formas de combater a inflação e o crescente déficit público.

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, está "almare", para empregar a expressão corrente entre os políticos a respeito do papel que vem desempenhando no Governo. Não apenas o Presidente da República tem preferido optar pelo receituário estruturalista do ministro João Sayad, do Planejamento, como desautorizou, através de assessores, as declarações de Dornelles em favor da privatização total das corporações estatais.

Sarney precisa retomar as rédeas do poder antes que seja tarde. Estamos em clima democrático, a discussão interna dentro do Governo é saudável, mas até certo ponto. Uma vez adotada a decisão que o Presidente da República considera a mais conveniente, todos os membros do Governo estão obrigados a se submeter à diretriz finalmente estabelecida — ou a saltar para fora, caso contrário.

Desde que assumiu o Ministério da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão transformou-se em arauto da privatização, encarnando seu papel de representante do alto patronato paulista. Privatização de algumas empresas é matéria que se pode admitir, mas não daquelas que ocupam espaço estratégico — como petróleo, energia, transporte, comunicações, minérios.

A declaração do Ministro da Fazenda em favor da privatização de todas as corporações estatais causou espanto no Palácio do Planalto e irritação em amplas áreas do PMDB. A maioria dos liberais aceita a privatização, mas não aceita discutir a hipótese de privatizar empresas como a Petrobrás ou Eletrobrás.

A discussão interna, no nível em que se situa, compromete a autoridade do Presidente da República, que apóia notoriamente, em matéria de estatização e privatização, o estudo promovido pela Secretaria de Planejamento. Se algum ministro discorda radicalmente da postura do Governo, que deixe o Ministério.

Convém lembrar que nem o governo do general Figueiredo, cuja economia era comandada com mão de ferro pelo ministro Delfim Netto, admitiu estatizar as grandes corporações estatais, estatização que equivaleria a entregar a mãos estrangeiras a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Eletrobrás, ativos para cuja criação algumas gerações de brasileiros se sacrificaram.

A campanha, a atoada, que se ouve revela que importantes núcleos da economia brasileira aliaram-se a interesses estrangeiros que sempre cobiçaram certos setores estratégicos do País. O receio no Congresso de que se venha a promover uma redução da presença do Estado na economia justifica-se plenamente quando sabemos que a condição de País devedor enfraquece nosso poder de barganha.

TARCISIO HOLANDA